



Evento	Salão UFRGS 2024: SIC - XXXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2024
Local	Virtual
Título	O espaço jurídico institucional: uma análise das relações entre perfis sociais e a atuação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Autor	GUSTAVO TEIXEIRA PALHARES
Orientador	JULIANE SANT'ANA BENTO

O projeto de pesquisa, em andamento, tem como tema uma análise sociológica do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para relacionar a composição da instituição (magistrados e servidores) com o acesso a cargos elevados e suas tomadas de posição institucionais. A justificativa para o desenvolvimento do trabalho se deve ao impacto do sistema de justiça e que o seu conjunto de agentes têm exercido na sociedade. O estudo objetiva analisar a composição desses espaços do Judiciário a partir do perfil dos servidores e magistrados, analisando as suas percepções e representações sobre o trabalho e a instituição em suas relações profissionais. Para isso, parte-se metodologicamente, em um primeiro momento, de um levantamento bibliográfico acerca da composição e da divisão social do trabalho no sistema de justiça, além de estudos sobre instituições jurídicas e suas reproduções discursivas e ideológicas. Ademais, também se utiliza como referencial os dados do mais recente Censo do Poder Judiciário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, empiricamente, pretende-se realizar entrevistas e questionários com servidores e magistrados na tentativa de testar hipóteses sugeridas pela bibliografia a respeito da ocupação desses postos a partir de suas configurações predominantes. Do censo destaca-se uma predominância de magistrados do sexo masculino e de servidores do sexo feminino, uma homogeneidade de pessoas de cor branca em todos os cargos e uma faixa etária majoritariamente entre 35 e 55 anos para magistrados e servidores, o que pode indicar uma forte presença de elites jurídicas. O trabalho busca, assim, averiguar a hipótese da existência de ideologias institucionais: se esse perfil de indivíduos que compõem os órgãos de Justiça reforça certos papéis institucionais predeterminados, tendo em vista uma predominância de certos grupos advindos de elites e uma segregação entre os magistrados e servidores.